

FESTA E CIDADE: E AÍ?

Autoria: Alice Demattos Guimarães e
Ramon da Silva Torres*

Resumo

O presente trabalho é fruto das discussões promovidas na disciplina “Urbanização e Cultura” ministrada pelo Professor Roberto Monte-Mór, ofertada na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG no segundo semestre de 2014. Instigados tanto pelas várias faces do urbano quanto pelas tendências da cultura apontadas pela literatura trabalhada, resolveu-se retratar como a festa - segundo a concepção de Lefebvre – vem influenciando no meio urbano de Belo Horizonte, através da sua dinâmica de ocupação da centralidade urbana e de sua participação na vida política na cidade. E, assim, evidenciou-se que é pela Festa que se vive o espaço urbano em sua plenitude, transformando-o em espaço de troca e interação, onde os cidadãos exercem seu direito à cidade ao apropriar-se das ruas, praças, parques e de toda a arquitetura urbana.

Palavras-chaves: Festa; Espaço; Urbano; Cultura; Cidade.

1. Introdução

Segundo Lefebvre (1991a), a cidade foi historicamente um espaço ocupado pelo trabalho produtivo, pelas obras e pela festa. Com a introdução da lógica do mercado e da indústria na cidade, as manifestações festivas foram sendo modificadas e “antropofagiadas” por estas lógicas. Assim, o autor propõe que a cidade reencontre sua função primordial, aquela que dá sentido à vida humana, ou seja, a festa.

Conforme Bezerra (2008), Nesse processo de (re)criação e (re) invenção da festa, os rituais, que inicialmente possuíam um caráter quase espontâneo dos valores e das tradições populares dos diversos grupos sociais, vêm sendo apropriados pelos administradores públicos e empresariais, transformando-se em megaeventos, cujo caráter de empreendimento econômico e comercial tornou-se muito acentuado. Uma vez institucionalizados pelo poder público, esses eventos têm assumido a forma de grandes espetáculos urbanos, atraindo pessoas e gerando renda. (BEZERRA, 2008, pg. 8)

Dessa forma, pensar a festa na contemporaneidade é levar em conta sua tendência à mercantilização, que segundo Yúdice (2004), é a marca do “capitalismo cultural”, como nova face do modo de acumulação capitalista. Nessa nova face, a cultura tem sido vista e utilizada como recurso, uma vez que tem sido invocada, pelos organismos internacionais e pelos poderes públicos, para resolver problemas e situações que antes pertenciam à economia e à política. Nesse processo, a cultura também foi apropriada como recurso pelos movimentos sociais e pela sociedade civil como forma de participar da vida urbana, aproveitar o espaço público e se posicionar politicamente. O presente trabalho busca, assim, trazer a discussão para o território, especificamente de Belo Horizonte, e explorar como nessa cidade a cultura, por meio da festa em seu sentido lefebvriano, se relaciona com a vivência do espaço.

Vale ressaltar ainda a condição dos autores desse artigo de observadores participantes dos fenômenos aqui abordados (Duelo de MC’s e Carnaval), não deixando, desse modo, de serem expressos os sentimentos e preocupações deles com os rumos que tais manifestações festivas, ainda jovens na cidade, te-

*Estudantes de Ciências Econômicas da FACE/UFMG.

nham tomado ultimamente, principalmente no que se refere à sua tentativa de cooptação pelo poder público.

2. Espaço Urbano e a Festa

Aristóteles já dizia que o ser humano é naturalmente político, o que significa que tem a polis em sua natureza, ou mesmo, que foi feito para a polis. Dessa maneira, a inter-relação entre esses dois elementos – homem e cidade –, tão próximos entre si, faz do direito à cidade algo que pode ser encarado como condição fundamental à existência humana. Retirar o homem da cidade, segundo o filósofo grego, é retirá-lo de sua própria essência.

Em seu princípio, a cidade era a cidade política, isto é, o locus onde se debatia e se pensava as ações e ideais comuns de uma sociedade, a fim de se fazer uma melhor construção de polis para seus cidadãos. Com a chegada do mercado, resultante da venda dos excedentes dos feudos em suas proximidades, a cidade fez-se mercantil e, com seu desenvolvimento voltado para a acumulação de capital, surgiu, então, a cidade industrial. É a partir do período industrial que se alastra um rápido e crescente processo de urbanização no mundo capitalista.

Para o sociólogo francês Henri Lefebvre (2008b), o urbano é um fenômeno complexo e multidisciplinar, impossível de ser esgotado. Em seu conceito à respeito do processo de implosão-explosão das cidades, o autor considera o modo como a cidade explode para fora de sua centralidade, desconfigurando a dualidade antes existente entre centro e periferia, e conferindo, assim, a ela o conceito de espaço urbano.

Porém, o processo de urbanização permaneceu com a crescente segregação espacial e restrição de acesso aos serviços e bens no espaço urbano, uma vez que o “centro implodido” manteve-se como monopólio da concentração de riqueza e a periferia perpetuou-se como território da escassez. Contudo, segundo Lefebvre (2008b), nas cidades contemporâneas, são as essas áreas originalmente periféricas que recebem importância de espaços insurgentes, disponíveis para abrigarem novas benfeitorias, mesmo que os serviços e lazeres continuem a se concentrar nos centros.

É ainda em Lefebvre (2008b) que se percebe consolidada a dimensão da relevância do direito à cidade como um direito também inalienável ao ser humano. Mais precisamente, pode ser considerado o

direito à vida urbana e, nessa concepção, é necessário pensar no espaço urbano como locus privilegiado da tríade construída por Monte-Mór (2001) em que a cidade alcança três dimensões da vida social urbana: o poder político, o excedente econômico e a Festa.

Nesse sentido, o presente artigo tem seu estudo focado no terceiro elemento – a Festa, e, nessa lógica, como ela se dá como um fenômeno espacial. Sendo assim, Lefebvre (2008b) defende que a principal forma de se fazer uso da cidade, isto é, das ruas, praças, monumentos e edifícios, é a Festa. Para ele, a realidade social não se concretiza fora do espaço e o espaço é o elemento central da estrutura da sociedade moderna, e a Festa se especializa na cidade e confere sentido para a vida humana.

A Festa nasce como oportunidade de experiência do espaço da cidade, ela confere a possibilidade de vivenciar o espaço urbano e, assim, apropriar-se dele. Além disso, em um conceito mais expandido, percebe-se, em Lefebvre (2008b), a dimensão cultural da Festa, evidenciando o caráter sócio-espacial desse elemento, sendo também uma experiência coletiva na cidade. E a cidade, em sua função de ser manifestação da diversidade, faz da festa um lugar de trocas, com caráter agregador, em que se estabelece a interação com o espaço e onde se dá o fenômeno da sociabilidade.

Não existe um só motivo para festejar, eles podem ser os mais variados, e é essa sociabilidade e o prazer de estar com o outro, articulando-se com o espaço que faz a festa acontecer. Então, a festa não implica outra finalidade se não ela mesma. Podendo ser interpretada como ato coletivo e fenômeno massivo, a festa transforma-se como fusão da vida humana, em que se manifesta a “efervescência social” da participação do indivíduo no coletivo, que, juntos, cantam, gritam, dançam e movimentam-se. A Festa é, então, um momento de fruição do “ser sociável”.

Lefebvre (2008a) aponta que “os signos do urbano são os signos da reunião: as coisas que permitem a reunião (a rua e a superfície da rua, pedra, asfalto, calçada etc.) e as estipulações da reunião (praças, luzes etc.)” (LEFEBVRE, 2008a, p.109.). E, assim, a reunião massiva e inquietante que é a festa é essencial para a vida na cidade, uma vez que é ela que exacerba sua essência de relações sociais. Dessa forma, o que traz à tona o instinto festivo do homem é o encontro pro-

porcionado pelo evento, que confere o prazer coletivo.

Nesse sentido, a Festa apresenta seu caráter subversivo, uma vez que traz a noção do organismo social, contrariando os paradigmas e moralismos da sociedade. Para ilustrar, pode ser citado o exemplo do carnaval brasileiro, época do ano em que tudo é permitido, sem ser submetido aos julgamentos morais por parte do outro. Junto a essa ideia, há também os elementos da sedução e da efemeridade que acompanham o evento. Isto é, existe uma forte tentativa de renovação dos movimentos festivos, buscando, cada vez mais, uma forma nova e bela para acontecer (sedução) e, com isso, as festas passam a ter um caráter efêmero por estarem subordinada à obsolescência, tão comum no mundo contemporâneo, e seguirem uma lógica da moda.

Tamanha é a efervescência do fenômeno festivo que se faz necessário salientar a estrita relação da festa com o poder, uma vez que ela pode ameaçar o poder instituído ao se consolidar como algo coletivo. No momento da Festa, os indivíduos ali reunidos passam a ser um grupo de cidadãos com uma história e uma identidade territorial comum. Isso assusta. Ainda além, é um momento que remete a cidade como objeto pelo qual se luta, buscando o direito à vida urbana e, em sendo assim, o poder busca dominar o gozo coletivo, impondo-lhes regras de domesticação.

Portanto, a Festa confere legitimação ao poder político, pois, por meio dessa domesticação, podem tentar estabelecer onde, como, quando e o que deve ser celebrado, ritualizando a relação do povo com a autoridade que governa. O poder público sabe que festa e revolta sempre estiveram associadas. E como o controle do coletivo é muito difícil (para não dizer impossível), essa domesticação é o meio mais fácil e, por ela, impõe-se limites à festa, sendo, na maioria das vezes, pelo limite ao espaço, ou seja, impedindo que as pessoas ocupem determinados locais na cidade para festejar (como aconteceu em Belo Horizonte, exemplo que será citado no próximo tópico).

Além desse embate com o público, percebe-se também a absorção da Festa pelo mercado, estabelecida pelas diferentes relações com os bens culturais. Não é coincidência que se observa uma onda de crescimento no setor cultural. Assim, a ideia de festa como mercadoria é tratada por Lefebvre (1991b) que retrata à respeito da cidade tornar-se lugar de consumo ao mesmo tempo que se configura em consumo do lugar (nesse caso, considerando o consumo cultural).

Entretanto, existe também o fato do consumo caracterizar concepção de cidadania, isto é, consumir faz com que os indivíduos sintam-se cidadãos, de fato.

Dessa maneira, a Festa confere, ao ser transmutada em mercadoria, realmente, a dimensão dupla da cidade supracitada: ao permitir a fruição do espaço e sua efetiva ocupação, ela está estabelecendo o consumo do lugar. Ao passo que, essa mesma fruição participa da lógica de acumulação capitalista, fazendo da festa um lugar de/para consumo.

3. E em Belo Horizonte?

Nos últimos anos¹, é possível perceber um novo fenômeno na cidade de Belo Horizonte: as pessoas têm exercido mais seu direito à cidade por meio da festa!² Festas essas que se manifestam como movimentos de resistência e reivindicações ou, simplesmente, como forma de celebrar a vida e usufruir do espaço em que se vive.

É possível afirmar que este tem sido um momento inédito para a capital mineira. A cidade que nasceu planejada nos termos barrocos de exclusão social e da modernidade, no que se refere a sua arquitetura urbanística (MONTE-MÓR, 1994) assiste, hoje, ao afloramento de uma enorme diversidade de movimentos artísticos culturais que vem integrando pessoas de todas as regiões, colocando-as para dialogar com o espaço e viver a cidade, de maneira poética, musical, crítica, alegre e festiva. Cidadãos transfiguram-se em produtores culturais, trazendo formas alternativas de manifestações culturais para a cidade, transformando-a num grande palco aberto de suas atuações e em cenário de suas festas. Tais manifestações festivas revelam uma cultura marginal urbana, isto é, aquela dimensão não hegemônica do conjunto cultural³.

Dos muitos movimentos, os saraus de poesias são um exemplo de movimento que borbulha por toda região metropolitana. Por bastar a voz ser ouvida,

1 Não há uma data simbólica que determine o começo das manifestações festivas aqui abordadas (Duelo de MC's e Carnaval). Sabe-se somente que elas tiveram começos tímidos ao final dos anos 2000 e crescimento exponencial na década seguinte, fazendo com que a prefeitura da cidade investisse na instalação de banheiros químicos e fortalecesse a segurança nas aglomerações espalhadas pela cidade.

2 Vale ressaltar aqui o entendimento da festa em seu sentido "lefebvrino", como forma de garantia do direito à vivência urbana em oposição à festa domesticada (espetáculo) como sinônimo de passividade.

3 A Festa em Lefebvre é reveladora da dimensão cultural da cidade.

sem que seja necessária qualquer estrutura, esses sa-raus acontecem em múltiplos espaços públicos (ruas, praças, edifícios, monumentos e etc.), trazendo versos críticos e criativos, que relatam, muitas vezes, angústia e revolta frente às injustiças mundanas. Sendo assim, permeiam a cidade de poesia de maneira democrática e ressaltam a heterogeneidade do ambiente urbano.

Outra festa que perpetua como expressão da cultura marginalizada e com o cenário de todas as cores e de todas as gentes é a “Praia da Estação” que, iniciada em 2010, reúne a população belo horizontina, sobretudo seus jovens, na Praça da Estação, em trajes de banho, com o intuito de usufruir do espaço público pouco aproveitado⁴. Lá se faz presente a diversidade e todos compartilham alegria. No entanto, o movimento enfrentou dificuldades com a prefeitura, que tentou impedir a realização do evento, tendo em vista que a localização central do espaço entra em choque com a empreitada de higienização dos centros urbanos promovida pelo poder público.

Contudo, por mais belas que sejam as manifestações supracitadas, o presente artigo focaliza seu estudo em dois movimentos: O Duelo de MC’s e o Carnaval. Movimentos esses que, como os outros, veem-se povo, cultura, espaço, política, resistência, reivindicações, alegria e festa, tudo misturado, em completa interação.

3.1 A Cultura do Hip Hop

A cultura Hip Hop, desde seu surgimento e por toda sua história, age como forma de protesto e de resistência à cultura dominante e contra a invisibilidade social com a qual é tratada a população “marginalizada” dos grandes centros urbanos. Caracterizado também como um movimento cultural da juventude, o Hip Hop se manifesta por meio da dança, do rap e do grafite, além, é claro, do Duelo entre MC’s, prática em que rappers disputam o título de quem faz a melhor rima, com a plateia fazendo o papel de jurado. Foi com esse movimento que o grupo Família de Rua começou ocupar o centro da cidade de Belo Horizonte.

Iniciado de forma tímida, em 2007, com poucos amigos reunindo-se na Praça da Estação para fazerem suas rimas, o Duelo de MC’s de BH é, hoje,

4 “O centro urbano, fechado sobre si mesmo, excluiu ainda mais fortemente do espaço do poder a população trabalhadora – o centro histórico implodiu -, adensou-se e excluiu os cidadãos, exceto como transeuntes”. (MONTE-MÓR, 1994, p.26).

um dos mais expressivos marcos de resistência em espaço público na cidade (além de revelar grandes talentos do rap). Esse local dos primeiros encontros foi pensado, justamente, por uma questão de acessibilidade – por ser no centro, seria mais fácil para o maior número de pessoas terem acesso, ao mesmo tempo, iria subverter a ordem da lógica da cidade ao colocar em um local central uma cultura marginal.

A pequena iniciativa que trouxe o Hip Hop para as ruas da capital mineira, ocupando o espaço, passou a acontecer, depois de um tempo, por causa de condições climáticas (chuva), debaixo do Viaduto Santa Tereza. O movimento começou a crescer de forma fluida e espontânea desde que surgiu, trazendo vida, cor e energia para um local antes abandonado, onde muitos temiam passar, tendo em vista as condições decadentes, fruto do descaso do poder público para com o local.

Com os anos, o movimento foi se consolidando com realizações semanais nas noites de sexta-feira, ganhando maior visibilidade e com um público cada vez amplo, chegando a mais de mil pessoas reunidas no espaço. Um público diverso e plural, em que podem ser vistos desde o “maloqueiro” e o grafiteiro até a “patricinha zona sul” e o moço de terno e gravata. Todos frequentam o viaduto, qualquer um pode ocupá-lo!

Essa é justamente parte da ideia: um movimento democrático, que discuta a cidade, reunindo a juventude belo horizontina em espaço público, para se divertir em uma “festa de resistência”. Os coordenadores do coletivo organizador acreditam que “a cultura é feita para o povo. Isso aqui [o duelo] é uma forma de devolvê-la para rua, de graça”, como declaram em um post na sua página do Facebook.

Esse coletivo organizador é o “Família de Rua”, que revela ser a festa, inicialmente desenhada por eles, um sonho que passaram a compartilhar com a cidade. Sem fins lucrativos, eles creem na essência da cultura e das manifestações artísticas urbanas e, assim, buscam integrar juventude, festa, espaço e questionamentos a respeito da ordem hegemônica, promovendo a cultura do Hip Hop, em sua originalidade, como forma de resistência e dando a chance para que toda a população possa exercer seu direito à cidade, ocupando-a de forma festiva.

O movimento ganhou voz, inclusive, dentro dos organismos públicos, conquistando iluminação e ponto de energia. Porém, ainda necessitam de outros serviços básicos como limpeza e segurança. Contudo, ao longo do ano de 2014, a

Prefeitura de Belo Horizonte decepcionou os integrantes e os amantes dessa manifestação. Desde janeiro, o viaduto foi fechado para reforma, deixando o duelo sem palco, impedindo a sua realização.

A obra não teve um projeto de restauração apresentado, o que fez com que atrasasse – prevista para ser entregue em outubro de 2014 teve seu prazo prorrogado para fevereiro do próximo ano. Tal acontecimento demonstra um grande descaso do setor público para com a população e, mais que isso, representa uma forma de manter excluída a cultura marginal urbana e afastada a expressão da diversidade em pleno centro metropolitano. Além disso, foi prometido que haveria transparência e participação popular durante o processo, porém, não está havendo diálogo entre a prefeitura e os movimentos populares que ocupam o viaduto.

“Por que precisamos fazer em um espaço institucional o que já realizamos publicamente nas ruas da cidade?” foi a pergunta que o coletivo publicou em sua página na internet frente ao anúncio de fechamento do local para as obras. A prefeitura, em sua ânsia pela higienização do espaço público, quer criar um local “bonitinho e organizado” em conformidade com as regras da acumulação capitalista, buscando o duplo caráter da centralidade desse mesmo sistema: lugar de consumo e consumo do lugar⁵. Tal fato, entretanto, vai contra o sentido primordial do acontecimento: é da rua e é do povo (é valor de uso na centralidade, é direito à cidade⁶)!

Ademais, essa formalização da manifestação, que submeteria passo a passo a cultura urbana marginalizada à lógica da cultura mercantil, coloca em xeque a subversão que o Hip Hop confere a priori. O Estado entraria, então, construindo um espaço que transmite a mensagem do poder hegemônico, da dominação (Lefebvre, 1991,b). E, assim, é possível dizer que fica evidenciado o incômodo que causa aos “do-

5 “Já é bem conhecido o duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo do lugar. [...] Nesses lugares **privilegiados**, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrines, mostras, torna-se razão e pretexto para a reunião de pessoas; elas veem, olham, falam, falam-se. E é o lugar de encontro, a partir do aglomerado das coisas. Aquilo que se diz e se escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca (LEFEBVRE, 2008b, p. 130, grifo nosso)

6 “Apesar de tudo, vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e as taxas de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito” (Harvey, 2008).

minadores” ver jovens reunidos festejando como meio de questionar e salientar suas insatisfações com o sistema vigente e sua respectiva cultura hegemônica.

Portanto, o que está fora dos padrões, fora da ordem afeta, de fato, aqueles que controlam. E é isso que faz o duelo: assusta, desestabiliza e ameaça o padrão, a ordem. Mas é por isso que ele não pode morrer ou deixar-se dominar, o povo precisa mantê-lo vivo para continuarem exercendo seu direito à cidade e à cultura! E foi com essa percepção de não deixá-lo morrer que, no dia 23 de novembro de 2014, os amantes e adeptos do Hip Hop invadiram as obras, cobrando resposta da prefeitura e reivindicando o seu lugar de direito e seu direito à festa.

3.2 O Carnaval

Um espectro ronda Belo Horizonte – o espectro dos libertinos. Todas as instituições modernistas⁷ em nome da ordem unem-se numa Santíssima Trindade PPP (Parceria Público-Privada) para conjurá-lo: o estado e o mercado, a prefeitura e o capital.

Que partido de oposição nunca foi acusado de libertino por seus adversários no poder? Duas conclusões decorrem desses fatos: a primeira é que os Libertinos já são reconhecidos como força por toda a cidade e a segunda que é tempo de os Libertinos se exporem, à face do mundo inteiro, o seu modo de ver, os seus fins e as suas tendências.

Marchinha do Bloco Alcova Libertina (Os Libertinos)

Chuta! Chuta! Chuta!
Chuta a Família Mineira

Os moralistas estão chegando
Mas os Libertinos não os deixarão passar
Estão montadas as nossas barricadas
Das torres de marfim podemos ver descortinada a
ilusão
Os moralistas, com seu juízo
Querem calar a esperança e o sorriso

Mas no Carnaval, a Alcova Libertina vai trazer o vendaval

Os moralistas, com sua batuta

7 Estado Moderno e Mercado (Paula, 2000)

Estão tentando nos impor sua conduta
 Os moralistas, com suas conquistas
 Querem riscar os nossos nomes das suas listas
 Os moralistas, com sua batina
 Querem fechar a Alcova Libertina

No caso do Carnaval, são muitos os blocos que tomam as ruas da cidade em meados de fevereiro. A festividade tem ganhado força nos últimos quatro anos. Esses blocos semeiam, com seus lemas e marchinhas, criatividade, gentileza, amor e alegria e relembram, outra vez, o sentimento de pertencimento à cidade onde vivem.

Foi nessa sintonia que começou a trajetória dos blocos de rua no carnaval de BH. Organizados de maneira independente, sem financiamento público nem privado, os integrantes tinham a intenção de promover a festa na capital, levando alegria, cor e amor para todos, trazendo as pessoas para a rua, ocupando os espaços da centralidade urbana (Praça da Estação, Avenida Afonso Pena, Rua Guaiurus, Praça Raul Soares, entre outros) que no cotidiano participam somente enquanto transeuntes.

Desde o início do movimento⁸, vários blocos passaram a integrar a festa, sendo hoje (2014) mais de vinte. Nesse processo, ressalta-se uma característica peculiar, os blocos vêm trazendo junto com a festa as manifestações políticas e reivindicações. Para o Deputado Estadual Rogério Correia, o carnaval em Belo Horizonte serve de exemplo, na medida em que mostra ser possível festejar, celebrar e fazer política ao mesmo tempo. Segundo o relato presente em seu portal na internet sobre o carnaval de 2014: Muitos blocos também trouxeram diversas pautas políticas, como é o caso do bloco Tico Tico Serra Copo, que percorreu as ruelas do Aglomerado da Serra, levando a discussão sobre ocupação do espaço público e verticalização da cidade. A ocupação cultural do Espaço Comum Luiz Estrela também teve o seu próprio bloco, enquanto a Ocupação Rosa Leão foi visitada pelo bloco Filhos de Tcha Tcha. No domingo de carnaval, a praça Raul Soares foi cenário do bloco das feministas. Já na segunda, o bloco Corte Devassa promoveu a campanha "Um beijo para o preconceito", que pedia o fim da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Finalmente, na quarta-feira de cinzas, o Bloco do Manjerição agregou aqueles que lutam pela legalização da maco-

⁸ Em meados de 2010 com a aglomeração de pessoas e batuques na Praia da Estação.

na. Além disso, há também o Bloco do Tarifa Zero, que traz reivindicações a respeito de um transporte público de qualidade. Uma das ações promovidas pelo Bloco é o ônibus sem catraca, que durante os quatro dias de folia, circula gratuitamente pela cidade. Além disso, em seu trajeto estão incluídas ocupações urbanas como Rosa Leão, Esperança e Vitória.

Outro exemplo da manifestação política no carnaval está expresso através do Concurso Mestre Jonas de marchinhas, onde comumente se encontram canções bem humoradas, trazendo críticas a respeito dos governantes ou de valores tradicionais e ideologias impregnadas na sociedade mineira. No ano de 2014, a ganhadora do prêmio foi a marchinha Baile do Pó Royal, que traz na letra o escândalo do "helicóptero do pó", com o suposto envolvimento dos senadores mineiros Aécio Neves e Zezé Perrela.

Se for considerada a concepção de direito à cidade de Lefebvre (2008b) como uma forma de manifestação superior de outros direitos, como o "[...] direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade." (LEFEBVRE, 2008b, p. 134), temos, então, na capital mineira, uma manifestação festiva e multifacetada de apelos aos mais variados direitos (habitação, orientação sexual, ocupação do espaço, mobilidade urbana, e etc.) que se organizam através de blocos independentes do poder público ou privado e confluindo, no coletivo, a um direito maior, de fraternização, de sociabilidade⁹ e de direito à cidade.

Porém, como algo que subverte a ordem dominante e a cultura mercantil, o carnaval em Belo Horizonte tem enfrentado empecilhos por parte do poder público para se realizar. E, pior que isso, é a tentativa que vem sendo feita para "mercantilizar" a festa, tornando-a um grande evento de consumo cultural. Isso está acontecendo porque, cada vez mais, a prefeitura busca regular os blocos e tentar organizá-los, retirando-lhes a independência organizacional de sua essência, e, em parcerias com empresas, vem procurando "comprar" os blocos para fazer do carnaval uma cultura de consumo, e, da cidade na época do evento, um local para se consumir cultura.

Percebe-se, então, a importância dos blocos se manterem unidos e organizados, para

⁹ "é a sociabilidade, o prazer de estar com o outro, que estabelece em definitivo a diferença urbana, a urbanidade." (LE GOFF, 1988, p.124.)

não cederem à vontade dos interesses dominantes e, assim, manter a beleza do carnaval de rua belo horizontino. E, dessa forma, continuar sendo uma festa que exacerba o direito à cidade.

Com essas experiências, exemplifica-se o quanto a cultura urbana marginal está à deriva de um sistema capitalista que busca mercantilizar todas as relações sociais e interações espaciais, sendo de suma relevância o cuidado para que não haja essa “antropofagização” das festas da capital mineira. Aqui, no território abordado, é assim possível perceber as manifestações concretas do que disse Lipovestky (2008) sobre a tendência da cultura na era global, ou seja, sua mercantilização integral e seu desvio cada vez maior ao caráter fetichista das mercadorias.

4. Considerações Finais

A Festa e a Cidade aparecem, com esse estudo, como elementos indissociáveis, sendo uma combinação de mútua interação. A Festa, além de um fenômeno espacial, é reveladora da dimensão cultural da cidade e que, como manifestação coletiva e agregadora, desperta a condição fundamental de sociabilidade urbana. É pela Festa que se vive o espaço urbano em sua plenitude, transformando-o em espaço de troca e interação, onde acontece a efervescência orgiástica e o gozo social.

Por meio dos eventos festivos, percebe-se o mais efetivo momento em que os cidadãos exercem seu direito à cidade, quando apropriam-se das ruas, praças, parques e de toda a arquitetura da cidade. A festa é, então, elemento articulador desse direito, em que se atinge a vivência urbana por completo. E, assim, ela se faz essencial para a construção da cidadania, ao mesmo tempo em que, confere fruição e alegria à vida urbana.

Porém, por seu caráter coletivo, que conduz a aproximação da Festa e da Revolução, o poder público sente a necessidade de controlar a (des)ordem da festa, por meio da lógica estratégica da classe burguesa, da qual fala Lefebvre (2008a): dominar as massas ao lhes restringir o uso do espaço, excluí-las da centralidade e, assim, negar a elas o direito à Festa, ao excedente econômico e ao poder político, ou seja, à vida urbana. Não são raros os exemplos que elucidam tal questão.

E foram nesses mesmos exemplos que o presente trabalho procurou explorar tais usos do espaço e formas de vivência urbana, “buscando a cor local para compor-compartilhar o cromatismo da cultura universal. Daí ver o Prometeu no sertão,

as musas no Ribeirão do Carmo, um Mozart mulato [...]” (Paula, 2000). Daí espera-se ver também Liber Pater¹⁰ nascendo em Belo Horizonte.

5. Referências

BEZERRA, Amélia C. A. Festa e cidade: entrelaçamentos e proximidades. IN: ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, N. 23, P. 7-18, JAN./JUN. DE 2008.

HARVEY, David. The Right to the City. In: New Left Review, n. 53, 2008.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991a.

LEFEBVRE, Henri. The production of space. Oxford: Blackwell, 1991b.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2008b.

LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1988.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Gênese e estrutura da cidade mineradora. Belo Horizonte: Cedeplar, 2001. Texto para discussão n. 164.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. O que é o urbano no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 1994.

YÚDICE, G. A conveniência da cultura: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

PAULA, João Antônio. Raízes da modernidade em Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

¹⁰ (“the free Father”). Deus do vinho, fertilidade e liberdade presente na mitologia romana. Era patrono dos Plebeus romanos (Grimal, 1996).